

O Plano Educacional Individualizado (PEI): Reflexões e Experiências na formação continuada de educadores

The Individualized Educational Plan (PEI): Reflections and Experiences in the Continuing Education of Educators

El Plan Educativo Individualizado (PEI): Reflexiones y Experiencias en la formación continua de educadores

Alice Maria Alves Oliveira dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade promover a reflexão sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), por meio de embasamentos teóricos e relatos de experiências na formação continuada de educadores. Para tanto, baseia-se na abordagem qualitativa e busca compartilhar as práticas pedagógicas desenvolvidas no ano letivo de 2024 em um Centro Integrado de Educação Infantil (CIEI) que trouxe para o ambiente escolar à discussão sobre a Educação Inclusiva, através de um trabalho coletivo com a equipe, tendo em vista o estudo, a elaboração e a implantação do PEI, a fim de assegurar a qualidade de atendimento das crianças com deficiências. Pretende-se também, tratar sobre a relevância do PEI, os desafios e a necessidade do processo de formação para subsidiar sua construção. A pesquisa possibilitou: verificar a importância do envolvimento da equipe escolar para conhecer mais sobre a criança com deficiência; refletir sobre como a escola pode auxiliá-la no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, e constatar as implicações do PEI considerando seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação contínua.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado. Relato de experiência. Educação inclusiva. Formação de professor. Educação infantil.

Abstract: This article aims to promote reflection on the Individualized Educational Plan (PEI) through theoretical foundations and reports of experiences in the continuing education of educators. To this end, it uses a qualitative approach and seeks to share the pedagogical practices developed during the 2024 school year at an Integrated Early Childhood Education Center (CIEI). This brought the discussion of Inclusive Education into the school environment through collective work with the staff, focusing on the study, development, and implementation of the PEI to ensure quality care for children with disabilities. It also aims to address the relevance of the PEI, its challenges, and the need for a training process to support its development. The research enabled: verifying the importance of school staff involvement in learning more about children with disabilities; reflecting on how the school can support them in their development and learning process; and determining the implications of the PEI considering its planning, implementation, monitoring, and ongoing evaluation.

Keywords: Individualized Educational Plan. Experience report. Inclusive education. Teacher training. Early childhood education.

Resumen: Este artículo busca promover la reflexión sobre el Plan Educativo Individualizado (PEI) a través de fundamentos teóricos y relatos de experiencias en la formación continua de

¹ Mestranda da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales em Ciências da Educação. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Camaçari - FAMEC. Coordenadora Pedagógica da Rede de Ensino da Secretaria de Educação de Camaçari-Bahia. ORCID: 0009-0001-8867-4979 - E-mail: aliceoliveirapro39@gmail.com.



educadores. Para ello, utiliza un enfoque cualitativo y busca compartir las prácticas pedagógicas desarrolladas durante el curso escolar 2024 en un Centro de Educación Infantil Integrada (CIEI). Esto llevó la discusión de la Educación Inclusiva al ámbito escolar mediante el trabajo colectivo con el personal, centrándose en el estudio, desarrollo e implementación del PEI para garantizar una atención de calidad a niños con discapacidad. También busca abordar la relevancia del PEI, sus desafíos y la necesidad de un proceso de formación que apoye su desarrollo. La investigación permitió: verificar la importancia de la participación del personal escolar en el aprendizaje sobre niños con discapacidad; reflexionar sobre cómo la escuela puede apoyarlos en su desarrollo y proceso de aprendizaje; y determinar las implicaciones del PEI considerando su planificación, implementación, seguimiento y evaluación continua.

Palabras clave: Plan Educativo Individualizado. Informe de experiencia. Educación inclusiva. Formación de docentes. Educación infantil.

Introdução

Esse artigo pretende trazer à reflexão sobre a importância da Educação Inclusiva na Educação Infantil dando ênfase a necessidade do processo de formação continuada do educador, a fim de subsidiá-lo na elaboração e implantação do Plano Educacional Individualizado (PEI). Para tanto, busca-se trazer contribuições de fundamentos teóricos, respaldos legais e relatos de experiências que possam corroborar com a compreensão sobre a relevância desse documento, seus benefícios e desafios tendo como foco a inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar.

Destaca-se que a educação inclusiva tem sido uma temática de grande discussão e debates na atualidade, principalmente devido ao aumento de números de crianças com deficiência que estão sendo inseridas nas matrículas escolares, conforme dados do Censo Escolar 2023 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) que mostra que existem mais de 1,7 milhão de estudantes com deficiência matriculados na escola regular.

De acordo com Lacerda (2021, p. 1) “Entre 2014 e 2018, por exemplo, houve um aumento de 33,2% no número de matrículas de estudantes com deficiência”, no entanto, a educação não se restringe a esses dados. A educação tem como premissa favorecer a construção da aprendizagem e, por apresentar limitações nesse aspecto, pode-se considerar que no Brasil “[...] tem matrícula na escola comum, não inclusão. Inclusão seria prover todos os recursos necessários para os indivíduos aprenderem” (Lacerda, 2021, p. 1).

Embora o processo de inclusão tem sido buscado efetivar por meio de políticas públicas voltadas para garantir o acesso e permanência de todos os indivíduos, ainda apresenta muitos desafios para que seja ofertado o atendimento com qualidade da educação inclusiva.

Segundo Lacerda (2023, p. 1)

A legislação brasileira de inclusão é uma das mais avançadas do mundo, garantindo direitos às pessoas com deficiência para que possam participar do

processo educacional com a dignidade preservada e pleno acesso ao desenvolvimento de suas potencialidades. Mas, também é verdade que estes benefícios são usualmente negados e a inclusão está muito longe do ideal. Ainda assim, vale lembrar destes direitos e reivindicá-los para que sejam incorporados realmente à experiência inclusiva no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 traz a necessidade de se ter uma educação que respeite as diferenças, um currículo que busque garantir a inclusão (Brasil, 1996). A Lei nº 12.796/2013, artigo 4º, inciso III, estabelece o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013).

Por sua vez, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015, artigo 1º, ressalta a relevância de garantir “[...] em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

As leis, entre muitos outros estatutos, pareceres e normativas são conquistas fundamentais, resultante dos movimentos de lutas sociais e políticas, individuais e coletivas em prol do processo de inclusão.

Como resultado desses movimentos de lutas e em respostas aos questionamentos da sociedade, recentemente, houve a aprovação do Parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aborda sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a importância da elaboração do PEI, destacando que o mesmo deve conter

1) um plano de acessibilização curricular, considerando as atividades desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais e a articulação com o professor regente e demais profissionais da unidade escolar, nos diferentes espaços; e 2) medidas individualizadas de acesso ao currículo para os estudantes autistas (Brasil, 2024, p. 14).

Vale ressaltar que, na educação inclusiva, torna-se de fundamental relevância o papel do professor, seja nas instituições públicas ou privadas e conforme rege o Parecer CNE/CP nº 50/2023 (Brasil, 2024, p. 17), esse educador

[...] é responsável por planejar, adaptar e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades pedagógicas de toda a turma. Deve estar preparado para garantir a acessibilidade curricular e metodológica, como a utilização de recursos visuais, estratégias de comunicação alternativa e a organização do ambiente da sala de aula, entre outros, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Para isso, deve ser apoiado pelo professor do AEE e pela equipe pedagógica da escola onde atua (Brasil, 2024, p. 17).

Diante dessas demandas, o professor também necessita de suporte, formação e

de políticas públicas, para que juntamente com toda equipe escolar e em parceria com as famílias, consigam oportunizar de forma significativa o processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, tendo em vista promover o acesso a um ambiente acolhedor, inclusivo, que respeite as diferenças e estimule a interação com o outro, combatendo toda prática discriminatória e preconceituosa.

No que se refere a interação, corrobora-se com os pressupostos teóricos da psicologia vigotskiana em uma perspectiva de educação inclusiva, por validar os conhecimentos prévios do indivíduo e reconhecer que este possui conhecimentos construídos em interação com o meio, pois “[...] construir conhecimentos implica numa ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas” (Rego, 2002, p.110).

Dessa forma, busca-se embasar as reflexões sobre o processo de inclusão na educação infantil, em paralelo com o relato de experiência de construção do PEI e da formação continuada em serviço, para auxiliar os educadores nas suas práticas pedagógicas, oportunizando a construção de um currículo inclusivo, que assegure os direitos das crianças, pois conforme consta no Parecer CNE/CP nº 50/2023.

Quando se fala de inclusão educacional, é importante ressaltar que sua materialidade exige ações de envolvimento e engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, docentes, técnicos, famílias e discentes, com ou sem deficiência. Nosso país já trilha o caminho da escola inclusiva desde 1988, com a Constituição Federal, e precisamos reconhecer que ainda temos uma grande dívida social com esse público, resultado da herança histórica de exclusão, que demanda ações e políticas afirmativas para ser superada (Brasil, 2024, p. 2).

A formação continuada de educadores torna-se imprescindível por contribuir com a compreensão do processo de aprendizagem e para melhor poder realizar a mediação para a construção do conhecimento, podendo as próprias experiências vivenciadas nos ambientes escolares se constituir como fonte de estudo e pesquisa.

Com essa ênfase, vale ressaltar “[...] a necessidade de valorizar o cotidiano escolar como um espaço significativo de formação profissional, onde sejam privilegiados importantes momentos de troca e compartilhamento dos saberes de experiência entre os professores” (Saviani, 1997 *apud* Almeida, 2016, p. 62).

A esse propósito, verifica-se a necessidade de investir em formação inicial e continuada dos educadores, para que possam refletir e buscar correlacionar as teorias com as práticas, principalmente, na prática da educação inclusiva, pois, embora avanços tenham sido obtidos, ainda representa um grande desafio no processo educacional e no cotidiano escolar.

Formação de Professores para a Educação Inclusiva

O processo de inclusão educacional tem sido resultado de muitas lutas e conquistas em busca de romper com a exclusão, pois durante muito tempo, predominou o isolamento social das pessoas com deficiência, sendo estas discriminadas e segregadas da sociedade e do convívio escolar.

Com o propósito de combater os preconceitos e promover a inserção dos educandos com deficiências nas escolas, houve o movimento de integração escolar e, segundo o Parecer CNE/CEB 17/2001

Esse movimento caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais (integração parcial) na “preparação” do aluno para a “integração total” na classe comum. Ocorria, com frequência, o encaminhamento indevido de alunos para as classes especiais e, conseqüentemente, a rotulação a que eram submetidos (Brasil, 2001, p. 8)

Assim, a manutenção da segregação dos alunos continuava acontecendo, pois ao invés da escola buscar se ajustar para atender esse público, era o estudante que tinha que buscar adequar-se ao ambiente escolar, perpetuando a prática da exclusão e da discriminação social.

Atualmente, evidencia-se a busca em sanar as barreiras da inclusão, visando proporcionar o acesso, a permanência e a oferta da educação de qualidade para todos, por meio de políticas públicas e da conscientização social.

Almeja-se atender este público, com oferta de educação com qualidade, respeitando as diversidades, ressaltando a importância de estar inseridos em classes comuns, com o suporte e assistência adequada para poder desenvolver suas potencialidades, seja em qualquer etapa e modalidade de ensino.

Entretanto, é relevante garantir o respeito à dignidade, reconhecer e assegurar os direitos dos cidadãos e que seja investido em formação continuada para os professores e demais profissionais de educação, na tentativa da escola buscar mecanismos para se adequar ao educando e para que a inclusão se efetive na prática.

A inclusão educacional não se restringe a presença física do aluno, mas vai além, revelando a necessidade de romper com paradigmas da exclusão, e de assegurar o cumprimento das políticas inclusiva que favoreçam o desenvolvimento integral do indivíduo, atendendo suas individualidades, buscando vivenciar práticas metodológicas que contribuam para construção de sua aprendizagem, dentro de suas especificidades, respeitando as diferenças, o ritmo e tempo de cada criança, garantindo os seus direitos.

Conforme estabelece o Parecer CNE/CBE 17/2001, faz-se necessário “O planejamento e a melhoria consistentes e contínuos da estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino, com vistas a uma qualificação crescente do processo pedagógico para a educação na diversidade” (Brasil, 2001, p. 12).

Ainda segundo o Parecer CNE/CBE 17/2001 “[...] O principal direito refere-se à

preservação da dignidade e à busca da identidade como cidadãos. Esse direito pode ser alcançado por meio da implementação da política nacional de educação especial. Existe uma dívida social a ser resgatada” (Brasil, 2001, p. 9), sendo preciso ocorrer mobilizações sociais e investimentos em políticas públicas para assegurar esses direitos na prática e criar novas conquistas e avanços no processo de educação inclusiva.

No que se refere às dificuldades provenientes das políticas públicas, Abreu, Cruz e Soares (2023, p.5) salientam que constituem “[...] um campo de muitas lutas, embates, combates, medição de forças, contradições e interesses [...]”.

Diante dessa demanda, evidencia-se a importância de investir na formação dos docentes. De acordo com o Parecer CNE/CBE 17/2001 “Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Brasil, 2001, p. 14).

Torna-se, também, viável a construção de um projeto pedagógico que atenda as necessidades apresentadas pelos educandos com deficiências. Esse projeto precisa estar em concordância com o que regulamenta o Conselho Nacional de Educação, atendendo ao princípio da flexibilização, em que o currículo se adequa para acolher e propiciar qualidade de acesso à educação aos educandos que demandam dessa adaptação para desenvolver seu aprendizado (Brasil, 2001).

Além disso, no processo de formação para educação inclusiva, faz-se necessário a discussão reflexiva sobre o direito à igualdade, diversidade e equidade. Segundo Redig, Mascaro e Dutra (2017) a compreensão dada à palavra Igualdade, no âmbito da Educação Inclusiva, não se refere à tentativa de igualar as pessoas, mas se fundamenta na ideia de incluir. Não se pretende padronizar os educandos como ‘aluno-padrão’, pois essa concepção não se aplica em uma perspectiva de educação inclusiva.

Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 35), destacam a equidade, como conceito fundamental na tentativa de “equiparar oportunidades” e, sinalizam que todos devem ser respeitados em sua individualidade vivenciando a inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Por sua vez, Queiroz (2015) menciona a relevância da educação inclusiva em atender a todos os estudantes objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) ressalta a importância da igualdade, diversidade e equidade, sendo a igualdade evidenciada ao destacar as singularidades dos estudantes, valorizando a diversidade, tendo como foco a equidade, pois cada sujeito tem suas diferenças que necessitam ser respeitadas.

Segundo Ainscow (2020), a inclusão é compreendida como processo, na busca de melhorias para o conviver e aprender a aprender com a diversidade. Para esse autor a “[...] inclusão e equidade não devem ser vistas como políticas separadas [...]” (2020, p.126).

Ainscow (2020) sinaliza que para a promoção da inclusão e equidade na educação é imprescindível que ocorra mudanças em todo o sistema educacional e, para promover essas mudanças demanda a mobilização de recursos humanos e financeiros, por parte dos governos, mas também requer

[...] formar parcerias entre as principais partes interessadas que possam apoiar o processo de mudança. Essas partes interessadas incluem: pais/cuidadores; professores e outros profissionais da educação; formadores e pesquisadores de professores; administradores e gestores nacionais, locais e escolares; formuladores de políticas [...] grupos cívicos na comunidade; e membros de grupos minoritários em risco de exclusão (Ainscow, 2020, p. 128).

A efetivação de aprendizagem para todos faz parte da proposta da educação inclusiva. No entanto, existem barreiras que necessitam ser removidas. Para Carvalho (2025), torna-se necessário desenvolver algumas estratégias para superação dessas barreiras.

Carvalho (2025) sugere como estratégias: a participação efetiva dos pais juntamente com toda comunidade escolar; contemplar no Projeto Político Pedagógico as dimensões culturais, políticas e da prática pedagógica, tendo como foco a construção da aprendizagem de todos; a construção de espaços dialógicos de trocas de experiências, entre outros aspectos.

A efetivação da inclusão escolar demanda a realização de mudanças envolvendo acessibilidade física e atitudinal; aprimoramento na qualidade na formação docente inicial e continuada; repensar o papel da escola, seja no aspecto político ou social e obtenção de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros (Carvalho, 2025).

O processo de inclusão educacional requer: a valorização docente; a vontade política de oportunizar transformações no funcionamento das escolas; a interligação e articulação das políticas públicas, promovendo parcerias entres saúde, educação, transporte, e demais áreas que subsidiam os direitos humanos e a remoção de barreiras para que a aprendizagem se efetive de forma prazerosa (Carvalho, 2025).

Vale ressaltar que a formação docente tem papel importante na busca da melhoria das práticas de inclusão na escola. A formação “[...] deve ser continuada e em serviço, de forma constante, pois há necessidade de estudos para o conhecimento das particularidades das deficiências e as diversas estratégias para o processo de ensino-aprendizagem [...]” (Redig; Mascaro; Dutra, 2017, p. 9).

Torna-se imprescindível investir na qualificação profissional contínua considerando as especificidades existentes nos ambientes escolares em busca de refletir e ressignificar as práticas dos docentes em exercício, pois como ressalta Ainscow (2020, p. 128)

[...] as escolas precisam ser reformadas e as práticas precisam ser aprimoradas de maneiras que as levem a responder positivamente à diversidade dos alunos:

enxergando as diferenças individuais não como problemas a serem resolvidos, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem [...].

O PEI da criança com deficiência na Educação infantil

A educação infantil é uma etapa essencial na vida da criança, onde ela recebe estímulos para o seu bom desenvolvimento e construção de sua aprendizagem. Nessa etapa os educadores acompanham e oportunizam a vivência de experiências que favorecem a construção dos marcos de aprendizagens, além de assegurar os direitos de aprendizagem da criança.

No ambiente escolar é importante observar e mediar a aprendizagem de todas as crianças respeitando o ritmo e o tempo de cada um. A escola necessita, cada vez mais, estar preparada para receber as crianças com deficiência, pois é um direito delas estar inseridas nesse espaço e ter os devidos acompanhamentos para poder se desenvolver. Além disso, é na escola que a criança tem maior oportunidade de interagir com outras crianças e muitos aprendizados são construídos nessas interações, nas trocas e no brincar.

A compreensão sobre a importância da inclusão torna-se fundamental para promoção de reflexões e de práticas educacionais que busquem sua efetivação em uma perspectiva de educação especial e inclusiva. Nesse contexto, destaca a contribuição trazida por Vigotski (2022) ao fomentar a capacidade de desenvolvimento de toda criança.

Para esse autor “[...] a criança, cujo desenvolvimento foi complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo [...]” (Vigotski, 2022, p. 31).

Conforme o artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015, Pessoa com Deficiência (PcD) é compreendida como

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p.1).

A criança com deficiência, necessita de atenção de toda equipe escolar em parceria com a família, para que ela desfrute de um ambiente acessível e profissionais capacitados para entender suas especificidades e melhor poder oportunizar o seu desenvolvimento e aprendizado.

Embora muitas conquistas já foram alcançadas como: o direito a ser matriculado com prioridade; ter um cuidador ou profissional de apoio; melhorias na acessibilidade, nos direitos de igualdade e não discriminação; atendimento prioritário; entre outros direitos

estabelecidos pelas leis, pareceres, decretos, estatutos e normativas, ainda existem muitos desafios de assegurá-las na prática, necessitando de lutas contínuas, mobilizações coletivas e individuais para que esses direitos se efetivem no cotidiano das pessoas com deficiências. Assim, vale destacar que

[...] A Educação Inclusiva remete a demanda da necessidade de se ter um sistema educacional inclusivo [...]. Em uma escola inclusiva todos os alunos são convidados a participar de todas as atividades; o tempo de aprendizagem de cada um é respeitado e são apresentadas respostas e desenvolvidas habilidades e estratégias alinhadas às necessidades de cada um (Ferreira, 2017 *apud* Lima et al., 2023, p. 466).

Por sua vez, a LBI traz no Art. 28, a necessidade do

[...] poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

[...]

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado [...] (Brasil, 2015).

Nesse contexto, verifica-se a importância das políticas públicas e do investimento em formação dos educadores para que a educação inclusiva não seja uma realidade apenas normativa, mas efetiva nos contextos sociais e educacionais.

Segundo Mazzota e D'Antino (2011), a qualidade do processo de inclusão pode ser comprometida devido à vários desafios, entre eles: o número elevado de alunos por professores, sem o devido suporte; à falta de recursos e materiais adequados; poucas orientações que podem gerar compreensão equivocada sobre a inclusão; problemas de infraestrutura e acessibilidade.

[...] a política educacional há de ser aquela que implanta e implementa condições reais de acesso, permanência e sucesso na escola praticando a inclusão com responsabilidade a fim de incluir todos em escolas de qualidade, contando com os recursos correspondentes às suas necessidades escolares (Mazzota; D'Antino, 2011, p. 382).

O PEI torna-se uma referência para subsidiar o fazer pedagógico do professor tendo em vista assegurar o atendimento com qualidade para essa criança com deficiência. O PEI apresenta fundamental importância por nortear o fazer pedagógico e por ser constituído em uma elaboração cooperativa, coletiva, e colaborativa, envolvendo tanto a escola, quanto a família, parcerias educativas e outros profissionais de acordo com a condução e articulação dada pela escola.

A parceria com a família, o acolhimento e a observação da criança possibilitam entender melhor suas necessidades especiais, e poder atendê-la com mais segurança e envolvimento por parte da equipe escolar.

Conforme Costa, Schmidt e Camargo (2023, p. 5)

[...] verifica-se a necessidade de pesquisas que investiguem as contribuições do PEI no contexto educacional brasileiro, visto que este apresenta diferentes aspectos nas suas condições básicas, como: avaliação do aluno; apresentação do nível de desenvolvimento atual discente; qualificação das metas (específicas, mensuráveis, realísticas e com tempo/prazo adequado); operacionalização das metas (metodologia clara de avaliação do seu progresso, bem como responsabilidade de monitoramento dela); perspectivas e anseios dos pais; entre outros; quando comparado a outros países [...].

Nesse contexto, o PEI possibilita conhecer com mais profundidade o educando, por meio do diagnóstico de suas potencialidades e barreiras do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, favorecendo planejar estratégias e estabelecer propostas de atividade, experiências ou ações que não limite a criança, mas que considere suas características, particularidades e habilidades.

O PEI favorece a construção de estratégias e adaptações a fim de ofertar atendimento com qualidade para os estudantes com deficiências. Além disso, o PEI possibilita envolver de forma participativa os educandos no contexto escolar, mediante a realização de ações de estímulos individuais e adaptados para o seu desenvolvimento e aprendizado (Santos, Silva e Lippe, 2025).

Para tanto, não apenas o professor tem a responsabilidade de elaborar o PEI, mas toda equipe escolar, a partir do diálogo com a família, fazendo parte do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) da escola, servindo de orientação para o trabalho do professor e para o acompanhamento e direcionamento das mediações a serem realizadas com os estudantes com deficiências.

Vale ressaltar que no ambiente escolar, busca-se desenvolver o PEI dos estudantes PcD, enquanto no AEE o documento orientador é o PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado). Apesar de cada instituição ter seu documento específico, a escola, pode buscar dialogar de forma articulada com as instituições que ofertam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois segundo o Parecer CNE/CP nº 50/2023

O AEE configura-se como um conjunto de atividades e de recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados de forma institucional e contínua, que podem ser ofertados enquanto serviço da Educação Especial, a partir das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), no contexto escolar, ou em centros de AEE da rede pública, além de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O AEE deve ser articulado com o(s) professor(es) regente(s) e com toda a comunidade escolar (Brasil, 2024, p. 13).

Além disso, este Parecer refere-se que, compete ao profissional do AEE

[...] ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência, bem como formação específica em Educação Especial, de modo a atender às necessidades específicas dos alunos, acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade em todos os ambientes da escola, além de estabelecer articulação com a família e os professores da sala de aula comum (Brasil, 2024, p. 14).

Dessa forma, verifica-se que a inclusão escolar necessita envolver toda comunidade escolar e a família, em movimentos cooperativos e colaborativos, sendo relevante para o bom resultado da execução, monitoramento e avaliação do PEI, além de favorecer o alcance de contribuições significativas para o desenvolvimento e a construção da aprendizagem do estudante.

Para Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 9) o PEI possibilita a toda equipe escolar, olhar de forma mais atenciosa ao aluno, observando suas especificidades para uma melhor mediação do educador, sendo essa proposta estruturada no plano de trabalho pedagógico da instituição escolar “[...] Além do que, o PEI por ser um planejamento colaborativo, permite uma mudança na prática dos docentes [...]”.

Assim, para melhor corroborar com a reflexão sobre a relevância o PEI segue o relato de experiência de um Centro Integrado de Educação Infantil, que trouxe para o ambiente escolar, a discussão sobre a Educação Inclusiva e através de um trabalho coletivo com a equipe escolar, e nas formações e planejamentos dos educadores realizou a elaboração e implementação do PEI.

O relato de experiência a ser compartilhado demonstra a relevância do PEI no processo de inclusão escolar. No entanto, vale destacar que “[...] o PEI não vai resolver por si só as mazelas da inclusão escolar, esse é, sem dúvida nenhuma, um instrumento indispensável para se estabelecer como apoio à escolarização desses alunos em classe comum [...]” (Valadão; Mendes, 2018, p. 14-15).

Relato de Experiência sobre o processo de elaboração e implementação do PEI

O CIEI pesquisado, no ano letivo de 2024, atendia 230 crianças, distribuídas em 12 turmas, 6 no turno matutino e 6 no turno vespertino, sendo que desse total, 20 crianças eram Pessoas com Deficiências (PcD): 18 crianças autistas, 1 com síndrome de Down e 1 com deficiência intelectual. Para melhor atender as crianças com deficiência que fazem parte desse ambiente educacional, este CIEI buscou realizar o estudo, a elaboração e a implantação do PEI, em um movimento de ação coletiva da escola sob mediação da coordenação, envolvendo a gestão, toda equipe escolar e as famílias.

Conforme a coordenadora deste CIEI, os momentos de planejamentos dos professores, foram utilizados para trocas de experiências, escuta das contribuições da equipe, compartilhar estudos, textos e vídeos nos grupos de whatsapp, buscando conhecer mais sobre o processo de inclusão e de como elaborar o PEI, em um movimento

em que toda equipe se mobilizou para essa construção, dando ênfase à compreensão trazida por Santos, Silva e Lippe (2025, p. 5) que retrata

[...] a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a aprendizagem de estudantes com deficiência. Isso porque, pensar a transformação de práticas, atitudes e representações em torno da Educação Especial é reconhecer e legitimar as potencialidades das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e capazes de construir conhecimentos e se desenvolver dentro das suas especificidades.

Assim, a escola realizou várias ações na sistematização desse documento, entre elas: a realização de pesquisas sobre a relevância do PEI; o levantamento das sugestões para sua elaboração, considerando as especificidades da creche e das deficiências apresentadas pelas crianças; a construção coletiva da ficha de registro e acompanhamento das crianças com deficiências.

Nesse CIEI também houve a realização de entrevista de anamnese com os responsáveis dessas crianças; observação das crianças no ambiente escolar; a realização de reuniões com todas as famílias e em outros momentos com reunião específica com os responsáveis pelas crianças com deficiências; momento formativo e de esclarecimento com a presença de psicólogos cuja parceria foi estabelecida pela escola.

Além disso, foi elaborado o planejamento a ser contemplado no PEI para atender as necessidades apresentadas por estas crianças, a partir das observações realizadas e das anamneses feitas em diálogos agendados previamente com os pais e/ou responsáveis. Cada família foi atendida individualmente, por meio de entrevista de anamnese, com a presença da coordenadora e professora da criança.

Na escuta da família sobre a criança com deficiência em seu convívio familiar e social, foram levantadas informações de seu histórico de vida desde a gestação. Após esse momento, os professores buscaram analisar e registrar sobre essa criança e como ela convive no ambiente escolar, em suas relações com os colegas, professora e demais profissionais da escola, assim como se relaciona, explora e interage com o objeto de conhecimento, e como ocorre seu aprendizado considerando os marcos de desenvolvimento da criança.

Dando prosseguimento, nas reuniões para elaboração do PEI, as professoras com a mediação da coordenadora, sistematizaram os dados observados na ficha do PEI, que foi construída com a contribuição de toda equipe retratando a realidade da escola e, depois do registro diagnóstico do PEI, estabeleceram os objetivos, as metas e estratégias no planejamento.

Em outros momentos, ocorreram reuniões com as famílias para falar da importância da inclusão e da parceria da família e escola, e também, houve diálogos específicos com as famílias atípicas, tendo a presença de psicólogos parceiros da escola. Momentos estes, em que falaram sobre a inclusão, o PEI, e esclareceram as dúvidas dos

país e da equipe escolar.

Por fim, foi realizada reunião para apresentação e entrega dos PEI às famílias. E, ao longo do ano foi realizado o desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento da execução do PEI e seus resultados, em um movimento de diálogo constante com as famílias, registros escritos e fotográficos, e ajustes do planejamento sempre que necessário para melhor atendê-los.

Vale ressaltar que, no PEI de cada criança com deficiência constam: Dados da Escola; Dados do Estudante; Relatório do Aluno; Registro do Comportamento da Criança: em casa e na escola; Avaliação Educacional Inicial do aluno; Planejamento Pedagógico (objetivos a serem alcançados; metas estabelecidas; estratégias metodológicas; avaliação e recursos). E como todo planejamento pode ser modificado e ajustado sempre que preciso.

A construção do PEI, assim como sua implantação, execução, monitoramento e avaliação representa uma grande conquista das crianças com deficiência e da escola, pois oportunizou dar melhor assistência a essa criança, assegurar seu direito, favoreceu uma relação mais confiante e parceira com as famílias, e deu um direcionamento a prática pedagógica do professor e da equipe escolar em como proceder com essa criança, a fim de ofertar acesso a uma educação de qualidade e que possibilite seu desenvolvimento e aprendizagem.

Esse processo de construção possibilitou, também: conhecer mais sobre cada criança com deficiência, suas potências e dificuldades; estabelecer diálogo mais frequente com as famílias; compreender sua história de vida e como essa história reflete na criança, além de saber como a família tem lidado com a aceitação.

Evidencia-se que em algumas dessas famílias, embora relatem aceitar os diagnósticos de seus filhos, ainda tem tido muita dificuldade de lidar com a situação, sentindo muitas vezes sozinhas, sem apoio e inseguras neste processo, demonstrando a necessidade de uma escuta ou de apoio psicológico para poder continuar lutando pela qualidade de vida de suas crianças. Esses desabafos das famílias evidenciam a necessidade de melhorias das políticas públicas para dar esse suporte.

Vale ressaltar que, embora a construção do PEI representa uma grande conquista, ela não se limita a apenas a seu processo de elaboração, demandando ser monitorado, acompanhado e aplicado, em um movimento de avaliação constante para que as metas e objetivos sejam alcançados e para verificar como as crianças com deficiência tem evoluído, suas dificuldades e capacidades, considerando seus momentos de avanços e seus desafios.

Nesse processo de monitoramento e acompanhamento do PEI foi possível conhecer essa criança com deficiência, pois cada uma apresentava comportamentos e reações diferentes, como exemplos podem ser citados:

- as crianças que não estabeleciam relação com os colegas, somente interagiam com a cuidadora ou com os profissionais da escola, com mediação docente, mas não conseguia relacionar com outras crianças, demandando maior intervenção nessa área;
- os educandos que se desregulam com barulho, necessitando sair da sala e andar no pátio com acompanhamento com mais frequência, e quando passava as crises, retornavam à sala com mais serenidade, sendo que cada criança demandava uma estratégia diferente conforme descritas nos PEI;
- os estudantes que apresentavam aversão a determinados alimentos, necessitando de estímulos e atrativos para auxiliar na introdução alimentar, em que algumas obtiveram melhorias, e outras com pouco ou nenhum êxito;
- as crianças que praticam auto e heteroagressão que necessitam de acompanhamento constante e gradativas tentativas de interação;
- algumas crianças que aprenderam a ler sozinhas, que demonstram possível altas habilidades, mas não param um instante, e tem dificuldade no brincar, mas com o tempo conseguiram participar da rotina e dos momentos de contação de história.

No CIEI pesquisado, havia avaliação do PEI com participação coletiva da equipe escolar e família sempre que necessário, principalmente nos momentos de conselho pleno e diálogos pedagógicos. Assim, ao longo do ano, foi possível notar, avanços significativos nas crianças com deficiências, muitas metas foram alcançadas, outras foram adaptadas de acordo com a evolução da criança.

Outros demonstraram oscilações em algumas ocasiões, principalmente as crianças que tiveram frequência irregular, em que foi perceptível a alteração nas rotinas quando retornavam a frequentar. No entanto, a maioria das crianças com deficiências assistidas por esse CIEI conseguiram ter evolução significativa na fala, na interação social, na coordenação motora, no desfralde, na substituição do uso da mamadeira por outros alimentos e no desenvolvimento dos direitos de aprendizagem (brincar, conviver, expressar, explorar, participar e no conhecer) considerando a especificidades de cada um.

Nesse ambiente educacional muitos desafios existiram ao longo desse processo de inclusão, tais como: a falta de cuidadores das crianças com deficiência, pois das 20 crianças deste CIEI, apenas 4 crianças tinham cuidadores, o que dificultava os educadores poder desenvolver melhor o PEI, pois tinham que estar cuidando das outras crianças, e também realizar as tarefas que demandam de um cuidador, além da falta de Atendimento Educacional Especializado.

Outro grande desafio, é não ter uma Sala de Recursos Multifuncionais, e recursos diversos para melhor poder diversificar as atividades e experiências a ofertar a essa criança; além das crianças com laudos, a escola apresentava várias outras que necessitam de uma avaliação especializada e estavam aguardando na fila de atendimento para passar pelo neurologista, fonoaudiólogo e outros especialistas, terminando o ano sem ter conseguido passar por esses profissionais devido a grande demanda de procura por esses

profissionais no município, e às vezes a falta deles.

Diante disso, nota-se a necessidade de haver mais investimento na educação e na saúde, para avaliar essas crianças com brevidade e dar suporte a essas famílias. Também faz necessário, contratar e enviar cuidadores para cada criança que demanda de cuidados desse profissional conforme solicitado nos laudos de cada uma. Também, necessita de investir nos processos formativos para aprofundamento e estudo sobre cada deficiência apresentada pela criança para atuar com mais propriedade sobre o assunto, assim como estabelecer mais parceria para formação com as famílias e equipe escolar.

As crianças com deficiência que apresentam auto e heteroagressão precisam ter suporte melhor, as escolas necessitam ser orientadas em processos formativos em como proceder nos momentos de crises e ajudar as crianças a se regular, pois sem essas orientações fica mais difícil oferecer um apoio mais eficaz a esses estudantes.

O processo formativo precisa ocorrer com mais regularidade, as políticas públicas necessitam dar esse suporte às escolas e profissionais de educação, pois apesar dos educadores buscarem estudar, trocar experiências, ainda se deparam com a falta de suporte em sala de aula e com estruturas físicas inadequadas de muitas escolas.

Dessa forma, ao término do ano letivo de 2024, esse CIEI pode avaliar o resultado do PEI, podendo constatar que conseguiu alcançar muitas das metas e dos objetivos estabelecidos, mas ainda existe a necessidade da superação dos desafios mencionados. Para isso, no que tange a inclusão, o objetivo dessa escola é de poder exercer efetivamente uma educação inclusiva com qualidade e eficácia, conforme as crianças com deficiências necessitam para poder avançar em seus desenvolvimento e aprendizagem.

Considerações Finais

A pesquisa realizada possibilitou constatar que, o aumento das matrículas de pessoas com deficiências no ambiente escolar tem sido resultante de lutas, movimentos sociais, que serviram de base para a construção de leis, decretos, estatutos entre outras normativas que têm favorecido a inclusão no ambiente escolar. No entanto, na prática ainda se encontram vários desafios para que esse processo ocorra de forma inclusiva, garantindo o direito de igualdade, equidade e da qualidade de acesso à educação, o que demanda mais investimentos em políticas públicas e na formação docente para que a inclusão se efetive.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015, o Parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação (CNE) entre outros documentos legais, ressaltam a importância da inclusão, do respeito à diversidade, e ser atendido as necessidades específicas do sujeito, a fim desenvolver suas potencialidades e buscar a superação das barreiras que dificultam seu processo de aprendizagem.

Com o propósito de assegurar a inclusão no ambiente educacional, o investimento em políticas públicas e em formação de professores são essenciais para a melhoria das práticas pedagógicas e para romper com as ideologias que ainda se fazem presentes no ambiente escolar que tem mantido a vigência de práticas discriminatórias, excludentes e segregadoras.

Os professores necessitam de formação para conhecer, entender e buscar alternativas para oferecer melhor assistência aos educandos com deficiências, apresentando propriedade de conhecimento teórico sobre o assunto, a fim de buscar correlacionar a teoria com a prática, ressignificando o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a inclusão escolar depende do envolvimento de toda equipe, em um trabalho coletivo e colaborativo, em parceria com a família. Verifica-se, também, a necessidade de: suporte materiais e pedagógicos; apoio de outros profissionais como cuidadores, assistentes educacionais especializados, e de toda equipe escolar; melhoria na infraestrutura, investimento em salas de recursos multifuncionais, entre outros.

Dessa forma, nesse contexto, o PEI representa um avanço para a melhoria do processo de inclusão, pois possibilita ao educador aprofundar na observação e conhecimento sobre seu educando com deficiência, possibilitando elaborar um planejamento para atender suas especificidades e estimular suas potencialidades. A elaboração do PEI constitui-se um movimento coletivo da equipe escolar em parceria com a família para assegurar o atendimento com qualidade e favorecer o processo de aprendizagem do educando.

A elaboração do PEI torna-se fundamental nesse processo de inclusão, mas não se restringe à sua elaboração, necessitando de sua execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação constante, a fim de alcançar os objetivos e metas estabelecidas, e sempre que necessário, precisa ser modificado para melhor atender a pessoa com deficiência e promover seu desenvolvimento e aprendizado.

As reflexões teóricas trazidas neste artigo e o relato de experiência de construção do PEI vivenciado pelo Centro Integrado de Educação Infantil pesquisado em seu processo de formação continuada em serviço, possibilitaram a compreensão da relevância do PEI para as práticas de inclusão escolar.

Esse CIEI buscou assegurar os direitos das crianças com deficiências, não apenas no seu acesso à escola, mas também na qualidade dos serviços prestados, no estímulo do desenvolvimento e aprendizado do aluno, buscando correlacionar a teoria com a prática inclusiva; na parceria com as famílias; no desenvolvimento gradativo de muitas crianças com deficiências.

No entanto, o CIEI, ainda apresenta desafios a serem superados, que demandam mais investimento em formação, suporte materiais (recursos pedagógicos diversos, estímulos sensoriais, salas multifuncionais, entre outros) e pessoal (cuidadores e/ou assistentes para as crianças com deficiências de acordo com a necessidade apresentada).

Dessa forma, por meio da pesquisa realizada, foi possível verificar a necessidade de investimentos em políticas públicas e na formação do educador, assim como a implementação e implantação do PEI no ambiente escolar, pois são ações imprescindíveis para que continuem tendo progressos no processo de inclusão. Assim faz-se importante o rompimento de paradigmas e da busca de mecanismo para superação das barreiras para efetivar a inclusão, pois as escolas, e a sociedade como um todo, necessitam estar mais preparadas para incluir as pessoas com deficiência, favorecendo a equidade, o respeito e valorização da diversidade.

Referências

ABREU, Roberta; CRUZ, Lorames; SOARES, Emanuel. **Políticas públicas em educação e o mal-estar docente**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, 2023, p. 1-21.

AINSCOW, Mel. Inclusão e Equidade na Educação: Compreendendo os desafios globais. Prospects, vol. 49, 2020, p. 123-134. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/156198803/ainscow-mel-tornar-a-educacao-inclusiva?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 out 2025.

ALMEIDA, Valcineide Santos de Almeida. **Formação continuada de professores no cotidiano escolar: reinvenções e aprendizagem** / Valcineide Santos de Almeida. – Salvador, 2016. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/57d876bb-9d26-477e-856c-335f1df97296/content>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 05 de abril de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: **Diário Oficial da União**, 07 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/2001**. Brasília. 17 de agosto de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 50/2023**. Brasília. 12 de novembro de 2024. Disponível em: https://lp.autismolegal.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Parecer-50_homologado.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARVALHO, Rosita E. A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. In: Gomes, Márcio (org). **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. 2 ed. 8ª Reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025, p. 36-50.

COSTA, Daniel da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**. v. 28. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijrbedu/a/PPfgrTp5g4bCWvpYLTydbMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Brasília. 14 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 24 de mar. 2025.

LACERDA, Lucelmo. Por uma aprendizagem efetivamente inclusiva. **Autismo e Realidade**, 31 out. 2021. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2021/10/31/lucelmo-lacerda-por-uma-aprendizagem-efetivamente-inclusiva/> . Acesso em: 25 mar. 2025.

LACERDA, Lucelmo. Inclusão escolar: quais são os direitos? **Hora Campina**, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://horacampinas.com.br/artigo-inclusao-escolar-quais-sao-os-direitos-por-lucelmo-lacerda/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIMA, Thaís Caroline da Silva; QUARESMA, Marcela Sena; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; LIMA, Daniele Dorotéia Rocha da Silva de. Educação Especial e Inclusiva na educação infantil: perspectivas, desafios e diferenças. **Educação e Políticas e debate**. Jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66436> . Acesso em 22 mar. 25.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e Lazer. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/sausoc/a/mKFsgJ9rSbZZ5hr65TFSS5H/?lang=pt>. Acesso em: 27 de mar. 2025.

QUEIROZ, Fernanda. **Tecnologia assistiva e perfil funcional dos alunos com deficiência física nas salas de recursos multifuncionais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, 2015.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; DUTRA, Flávia Barbosa da Silva. A Formação Continuada do Professor para a Inclusão e o Plano Educacional Individualizado: uma estratégia formativa? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7328>. Acesso em: 27 mar. 2025.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Mayra Silva dos; SILVA, Érika Tatiane de Araújo; LIPPE, Eliza Marcia Oliveira. Reflexões sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) na Educação Inclusiva de

alunos com deficiência. **Rein - Revista Educação Inclusiva**, Campina Grande, Brasil., v. 10, n. 1, p. 2–13, 2025. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/2974>. Acesso em: 25 mar. 2025.

VALADÃO, Gabriela Tannús; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 mar. 2025.

VIGOTSKI, Lev. Obras Completas – **Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p.

Recebido: 19.08.2025

Aprovado: 11.12.2025

Publicado: 17.12.2025